

A vacinação e Rui Barbosa x Oswaldo Cruz

Entre os dias 10 e 18 de novembro de 1904, a cidade do Rio de Janeiro viveu o que a imprensa chamou de a mais terrível das revoltas populares da República. O cenário era desolador: bondes tombados, trilhos arrancados, calçamentos destruídos, tudo feito por uma massa de 3 mil revoltosos. A causa foi a lei que tornava obrigatória a vacina contra a varíola.

Na época, a cidade era assolada por varíola, peste bubônica, febre amarela. Diante do quadro assustador, o governo aprovou uma lei que determinava que a população fosse, compulsoriamente, vacinada contra a varíola. Contudo, órgãos da imprensa, políticos da oposição ao presidente Rodrigues Alves, intelectuais ilustres, como Rui Barbosa, fizeram discursos inflamados e colocaram a população contra a vacinação obrigatória.

Os seguidores do positivismo foram a primeira classe social a se manifestar contrária à vacinação compulsória. Naquele período, eles integravam grande parcela da população e, para eles, a obrigatoriedade da vacina era uma violação à liberdade individual dos cidadãos, uma afronta ao Estado de direito republicano.

O governo, para controlar a desordem social, atacou a população com bombardeios efetivados pela Marinha e ataques realizados pelo Exército. Ao final dos conflitos, aproximadamente 30 pessoas morreram, 110 ficaram feridas e 945 foram presas. Com o fim da Revolta da Vacina, no dia 16 de novembro de 1904, o governo revogou a obrigatoriedade da vacinação contra a varíola.

Rui Barbosa, importante político brasileiro da Primeira República, foi um dos que mais atacou a obrigatoriedade da vacinação. Anos mais tarde, reconheceu o valor das idéias de Oswaldo Cruz.

A revolta da vacina também ficou conhecida como “quebra-lâmpião”.